



Comitê de Representantes

Aprovada na 1112ª sessão

ALADI/CR/Ata 1110
8 de junho de 2011
Hora: 10h10m às 11h55m

ATA da 1110ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 1108a. e 1109a. sessões.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Integração Social e Produtiva (ALADI/CR/di 3367).
5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas (ALADI/CR/PA 156 e ALADI/CR/PA 157).
6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acesso ao Mercado de Bens.
7. Projeto de nota para os Bancos Centrais membros do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.
8. Bicentenário da República Oriental do Uruguai, país sede da Associação.
9. Convocatória do Conselho de Ministros.
10. Assuntos diversos.

- Projetos de Resolução e Acordo aprovados na reunião informal da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.

Preside:

CARMEN ZILIA PÉREZ MAZÓN

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Gustavo Constantino García, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina), Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia), Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli e George de Oliveira Marques (Brasil), Juan Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile), María Clara Isaza Merchán (Colômbia), Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Emilio Rafael Izquierdo Miño e Gustavo Anda Sevilla (Equador), Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México), Alejandro Hamed Franco, Raúl Cano Ricciardi e Octavio Ferreira Gini (Paraguai), José Emilio Romero Cevallos, Jorge Tello e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Linda Rabbaglietti (Uruguai), Julio Chirino Rodríguez e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral Interino: Oscar Quina Truffa

Subsecretário: Ricardo Hartstein

PRESIDENTA. Bom dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Bom dia a todos. No dia de hoje damos início à Sessão Ordinária 1110.

Submetemos à consideração o primeiro ponto da Ordem do Dia. Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em Pauta

...Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre os Assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. No documento que está em poder dos Representantes constam as notas e documentos que correspondem tratar na presente sessão.

Cabe destacar a contribuição da República Argentina, pela quantia de US\$ 836.694, correspondentes ao pagamento da contribuição do ano 2011, e uma pequena diferença para 2012. Agradecemos a contribuição recebida.

No mesmo sentido, cabe destacar a contribuição da República de Cuba, com transferência bancária pela quantia de US\$ 166.799, correspondente ao cancelamento do ano 2011, e um saldo de quase US\$900 para o ano 2012.

O terceiro ponto a destacar é a nota da Representação Argentina para o MERCOSUL e a ALADI, comunicando a mudança de categoria a Ministro de Segunda Classe de Beatriz Vivas. Cumprimentamos a Ministra.

Quarto. Convocatória recebida pelo ALBA-TCP e a CALC para participar da Reunião entre Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração na América Latina e o Caribe sobre Dimensão Social da Integração, e a Reunião sobre as Conclusões dos Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração no âmbito da CALC. Para esses efeitos foi designado Miguel Alujas, Chefe do Departamento da Dimensão Social, para participar dessa reunião.

Isso era o que tinha para destacar, Presidenta. Muito obrigado.

Designações e término de funções

1. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR-S.G. N° 36/11, de 28/03/2011.

Comunica mudança de categoria da Ministra de Segunda Classe Dra. Beatriz Vivas.

Contribuições recebidas para o orçamento da Associação

1. Argentina. Transferência bancária, de 19/05/2011, pela quantia de US\$ 836.694, correspondente ao pagamento da contribuição para o ano 2011 pela quantia de US\$ 836.693,15 e para a contribuição do ano 2012 a quantia de US\$ 0.85.

2. Cuba. Transferência bancária de 06/06/2011 pela quantia de US\$ 166.799,28, correspondente ao cancelamento da contribuição do ano 2011 pela quantia US\$ 165.907,11 e como parte da contribuição para o ano US\$ 892.17.

Vigência de Acordos

1. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR-S.G. N° 67/11 de 24/05/2011.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico interno de Argentina do Primeiro Protocolo Adicional ao ACE N° 55.

Foi publicado como ALADI/CR/di 3361.

2. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI e Representação Permanente do México junto à ALADI. Nota Nos. 68 e 033, de 27/05/2011

Nota conjunta comunicando que o Primeiro Protocolo Adicional ao ACE 55 entrará em vigor para os dois países em 17 de junho de 2011.

Foi publicado como ALADI/CR/di 3363.

3. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 027/11, de 19/05/2011.

Comunica incorporação ao ordenamento jurídico interno do Chile do Quinquagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao ACE N° 35.

Foi publicado como ALADI/CR/di 3357.

4. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 222/11, de 20/05/2011.

Comunica que foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio o Terceiro Protocolo Adicional ao Apêndice IV do ACE N° 55.

Foi publicado como ALADI/CR/di 3358.

Convites

1. Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento e Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (CALC - ALBA-TCP). Notas de 18/05/2011 e 26/05/2011. Convida a participar da "Reunião entre os Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração na América Latina e o Caribe sobre a Dimensão Social da Integração" (Caracas, Venezuela - 10-11.06.2011).

2. Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Nota recebida com data 24/05/2011. Convoca a participar da Reunião de Conclusões entre Mecanismos Regionais e Sub-Regionais de Integração no âmbito da CALC (Caracas, Venezuela - 11.06.2011).

3. Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Nota N° 416, de 23/05/2011. Convida para participar da 53a. Reunião Executiva da Junta de Comércio e Desenvolvimento (Genebra, Suíça - 27-28.06.2011).

4. Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Nota N° 69, recebida com data 31/05/2011. Convida para o 39º Período de Sessões da Junta de Desenvolvimento Industrial (Viena, Áustria - 22-24.06.2011).

5. Organização Mundial de Aduanas (OMA). Nota N° 169 recebida com data 31/05/2011. Convida para as 117a. e 118a. sessões do Conselho de Cooperação Aduaneira (Bruxelas, Bélgica - 23-25.06.2011).

6. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Nota REPBOL-013/11. Anexa nota da Ministra de Cultura do Estado Plurinacional da Bolívia, Elizabeth Salguero Carrillo, convidando para participar do Foro de Ministros e de encarregados de Políticas Culturais da América Latina e o Caribe (Santa Cruz de a Sierra, Bolívia - 21-22.07.2011).

Documentos publicados

1. Avaliação e Estado Atual do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica AR CEeC N° 7 (ALADI/SEC/di 2380/Add. 1).

2. Estudo sobre Regulamentação do Investimento nos diversos Mecanismos de Integração Sub-Regional dos que participam os países-membros da ALADI. Disposições em matéria de investimentos contemplados nos Acordos assinados ao amparo do TM80 (ALADI/SEC/di 2409/Add. 1).

3. Cumprimento e Avaliação do Programa de Atividades 2011. Janeiro – Março (ALADI/SEC/di 2411).

4. Projeto de Certificação de Origem Digital. Relatório sobre Estado de Situação. Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio (ALADI/SEC/di 2413)

5. Relatório sobre a Cooperação ALADI-CAN em matéria de Certificação de Origem Digital (ALADI/SEC/di 2414).

6. Relatório Mensal sobre o Comportamento da Despesa Orçamentária Janeiro – Abril 2011 (ALADI/SEC/di 2415).

7. Relatório da Situação Financeira da Associação em 30 de abril de 2011 (ALADI/SEC/di 2416).

8. Relatório da Sexta Reunião de Negociação do Regime Geral de Origem (ALADI/RN.RGO/VI/Relatório).”

PRESIDENTA. Muito obrigado Secretario.

A consideração dos Assuntos em Pauta... Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria) Obrigado, Presidenta. Muito obrigado ao Secretário pela sua informação. Temos uma consulta sobre a Reunião da CALC que se realizará proximo na Venezuela.

Entendemos que há convocatórias para participar de duas reuniões, uma referente a conclusões, mas está precedida por uma sobre a Dimensão Social da Integração, e entendemos que teria o mesmo procedimento que foi utilizado nos temas econômico – comerciais. Não sabemos se é através de uma matriz, mas o que desejaríamos saber é se a Secretaria está convocada para fazer uma apresentação sobre o tema, como se desenvolve na ALADI o tema da Dimensão Social, se existe uma apresentação, e se as Representações podemos ter conhecimento do que será apresentado nessa reunião. Obrigado.

PRESIDENTA. Sim, Subsecretário, por favor.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidenta. O tratamento deste tema não foi igual ao Econômico – Comercial, não houve uma matriz. Recebemos o convite para participar e designamos Miguel Alujas para que nos represente, e aproveitando eu se realiza imediatamente depois uma segunda Reunião entre Mecanismos e Altas Autoridades também designaram Miguel para que nos represente, assim aproveitamos a estada dele na Venezuela para cobrir as duas reuniões. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado. Cuba novamente, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, obrigada. Uma precisão. Significa que não haverá uma apresentação sobre a Dimensão Social na ALADI?

SUBSECRETÁRIO. Perdão, sim se realizará uma apresentação. Miguel Alujas falará sobre o que a ALADI faz em matéria de Dimensão Social.

SECRETÁRIO-GERAL INTERINO. Obrigado, Presidenta. O *paper* que preparou Miguel contém o plano de atividades da ALADI, que todos nós conhecemos, no qual constam, digamos, seus diferentes aspectos e os diferentes avanços obtidos em algumas matérias nas quais estamos trabalhando, como a Dimensão, levando em consideração o escasso pessoal com que conta esse Departamento.

PRESIDENTA. Obrigado, Secretário. Algum outro esclarecimento?

3. Consideração das atas correspondentes às 1108ª e 1109ª sessões

...Como ponto 3, submetemos a consideração as Atas correspondentes às sessões 1108 e 1109. Não havendo observações, aprovam-se.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Integração Social e Produtiva

...Tem a palavra a Representação Permanente do Equador para que informe a esse respeito.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidenta.

O Grupo de Trabalho sobre Integração Social e Produtiva teve uma primeira reunião em 23 de maio. Nessa reunião foram tratados vários pontos. O primeiro foi o estado de situação das atividades de promoção do comércio. No que se refere a este tema, destacou-se que no presente ano a Secretaria- Geral participou de eventos tais como a Primeira Reunião da Rede Ibero-Americana de Organismos de Promoção do Comércio, REDIBERO, do Primeiro Congresso Internacional de entidades de Comércio Exterior de Rafaela, na Argentina, e informou-se das futuras ações que envolvem a presença de uma Rodada de Negócios no Paraguai, feiras e eventos no Equador, no Brasil e no México, entre outros.

O Grupo também manifestou a importância do trabalho que está realizando a Secretaria nesta matéria, bem como a necessidade de contar com um redesenho do *site* Pymeslatinas.

A Secretaria-Geral distribuiu, também, Termos de Referência de ambos os projetos, cuja consideração iniciou-se em uma reunião do Grupo, realizada na segunda-terça 6 de junho.

Quanto ao Segundo Ponto, Apresentação do documento de avaliação das sugestões emanadas das reuniões de Responsáveis Governamentais MPMEs e da Sétima Reunião do CASE, Etapa MPMEs, o Grupo considerou conveniente focalizar as ações em pequeno número de atividades, tais como as relativas ao aperfeiçoamento do Portal Pymeslatinas, a realização de relatórios sobre oportunidades comerciais e a participação em feiras e eventos.

Adicionalmente, solicitou-se à Secretaria-Geral trabalhar no Desenvolvimento de Termos de Referência que permitam analisar a possibilidade de contar com uma base de dados relativa à participação das MPMEs no Comércio Regional e Internacional dos países-membros, e sua vinculação com outras recomendações efetuadas em cada uma das reuniões.

Quanto à avaliação das atividades do Plano de Ação Priorizado para o Desenvolvimento da Dimensão Social realizadas durante o ano 2010, com base na atividade B.1, denominada Preparação do Segundo Fórum sobre a Dimensão Social na ALADI a partir da avaliação deste primeiro plano de ação priorizado 2010 – 2011, o Grupo examinou o documento denominado, ou intitulado, Avaliação do Plano de Ação priorizado para o Desenvolvimento da Dimensão Social no Processo de Integração. Este documento foi elaborado pela Secretaria-Geral a pedido do Grupo de Trabalho e apresenta uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas no ano 2010.

Com relação a esta atividade mencionou, também, a importância de realizar o II Fórum da Dimensão, e aqui isto geraria alguns insumos para a elaboração do Plano de Ação Priorizado correspondente ao próximo biênio 2012 – 2013.

Algumas delegações manifestaram que houve importante avanço na realização do Plano de Ação Priorizado durante o ano 2010. O Grupo de Trabalho decidiu realizar uma avaliação mais profunda sobre as atividades realizadas nesse ano, antes de convocar o II

Fórum da Dimensão Social, destacando a necessidade de discutir as propostas feitas pelos países-membros em cada uma das reuniões realizada no ano passado.

Este evento permitirá contar com elementos para a elaboração do Segundo Plano de Ação correspondente, como se tinha mencionado para o biênio 2012 – 2013.

Igualmente, salientou-se, também, a importância do Banco de Dados de experiência bem sucedida em Desenvolvimento Social, e lembrou-se às delegações a importância do envio da informação para sua incorporação ao mesmo.

Adicionalmente, Presidenta, na segunda-feira, 6 de junho, tivemos uma nova reunião do Grupo de Trabalho, justamente para continuar com as atividades de revisão dos temas. Começou-se a examinar as atividades de promoção comercial para o ano 2012, que incluía as atividades que, obviamente, até o presente não foram desenvolvidas e as que estão previstas desenvolver nos próximos meses deste ano. O documento foi aprovado pelo Grupo.

Adicionalmente, nesta mesma reunião, da segunda-feira 6 de junho, a Secretaria-Geral apresentou um documento com Termos de Referência para o Portal Pymeslatinas e o Software de Rodada de Negócios, justamente para considerar o redesenho do *site* Pymeslatinas e o Software de Rodada de Negócios, justamente para considerar a reelaboração do *site* Pymeslatinas e o Software de Rodada de Negócios.

Foram incluídas as correspondentes cotizações referenciais.

As delegações salientaram a relevância e a utilidade de ter as duas ferramentas de promoção comercial no curto prazo a manifestaram a necessidade de que se realize uma apresentação do Portal Pymeslatinas.org e da utilização do Software de Rodada de Negócios com a finalidade de visualizar suas atuais limitações e considerar as melhoras sugeridas a fim de continuar os procedimentos necessários para sua atualização e redesenho dessas ferramentas no prazo mais breve possível.

Finalmente, os delegados acordaram a realização de uma apresentação visual pela Secretaria- Geral em uma próxima reunião do Grupo de Trabalho.

PRESIDENTA. Muito obrigado Equador pela tão útil informação. Alguma observação a esse respeito?

5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas

...Tem a palavra a Representação Permanente do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, Presidenta. Sobre as atividades realizadas em nosso Grupo, em nossas reuniões, como informamos na última sessão deste Comitê, o Grupo considerou os Termos de Referência elaborados pela Secretaria-Geral para duas Oficinas sobre Regulamentação de Normas em Serviços Profissionais e em Estatísticas de Serviços e com relação à realização tínhamos informado que estavam sendo consultadas as datas para estas reuniões.

Finalmente, já temos a confirmação de vários países, de 8 ou 9 países, sobre a possibilidade de realizar ambos os eventos de 12 a 15 de julho.

Portanto, com base nestes Termos de Referência e na aprovação das datas, nas pastas de todos os Representantes há dois Projetos de Acordo, o 156 e o 157 que, por seu

intermédio, Presidenta, submeteríamos à consideração do Comitê para realizar a convocação de ambos os eventos.

Por outro lado, em relação com as reuniões de funcionários governamentais especializados em compras de governo e em investimentos, ainda estamos fazendo consultas sobre a viabilidade de datas para a realização de ambas as reuniões.

Finalmente, desejaríamos destacar dois temas que analisamos no Grupo de Trabalho, que com relação a um curso on-line sobre competência, que se realizaria com a cooperação externa, Presidente, no Grupo chegamos à conclusão de considerar finalizada esta atividade, devido a que o Organismo cooperante não pôde adaptar o Programa deste Curso aos requerimentos da Associação.

Nesse sentido, como aconteceu com outro Curso sobre Investimentos, acordamos no Grupo fazer uma proposta na Comissão de Orçamento, para que quando se trate de atividades que precisem de cooperação externa, a Secretaria-Geral possa fazer os contatos com os cooperadores antes de incluir as atividades em nosso Programa.

Muito obrigado, Presidenta. Isso seria tudo, e ficariam para serem considerados os dois Projetos que estão na Mesa.

PRESIDENTA. Muito obrigada, México. Todos têm em seu poder os projetos a serem considerados. Submetemos à consideração do Comitê o Projeto de Acordo 156, Convocatória de Funcionários Governamentais para a Aprovação e Desenvolvimento de um Programa de Cooperação sobre Regulamentação de Normas dos Serviços Profissionais. Não havendo observações, consideraríamos aprovado esse Projeto de acordo e ficaria registrado com o Número 332, Acordo No. 332.

“ACORDO 332

CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO DE FUNCIONÁRIOS GOVERNAMENTAIS
PARA A APROVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA
DE COOPERAÇÃO SOBRE REGULAMENTAÇÃO NORMATIVA DOS
SERVIÇOS PROFISSIONAIS

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevideu 1980, a Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros e a Resolução 373 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO As Reuniões de Funcionários Governamentais especializados em Serviços, realizadas em 2009 e 2010, nas quais os Serviços Profissionais foram identificados como um dos setores de interesse para promover um Programa de Cooperação; e

A Oficina sobre Regulamentação Normativa realizada em setembro de 2010, na qual os países acordaram as ações necessárias para a conformação do mencionado Programa de Cooperação,

ACORDA:

Convocar uma Reunião de Funcionários Governamentais para a Aprovação e o Desenvolvimento de um Programa de Cooperação sobre Regulamentação Normativa dos Serviços Profissionais para os dias 12 e 13 de julho de 2011, na sede da Associação.”

Submete-se a consideração o Projeto de Acordo 157 “Convocatória da Reunião de Funcionários Governamentais para a Aprovação e o Desenvolvimento de um Programa de

Cooperação sobre Estatísticas de Serviços. Não havendo observações consideraríamos aprovado e ficaria registrado como Acordo No. 333.

“ACORDO 333

CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO DE FUNCIONÁRIOS GOVERNAMENTAIS

PARA A APROVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SOBRE ESTATÍSTICAS EM SERVIÇOS

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 42 do Tratado de Montevidéu 1980, a Resolução 72 (XV) do Conselho de Ministros e a Resolução 373 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO As Reuniões de Funcionários Governamentais especializados em Serviços realizadas em 2009 e 2010, nas quais foi destacada a necessidade de trabalhar regionalmente sobre as Estatísticas em Serviços; e

A Oficina sobre Estatísticas em Serviços realizada em setembro de 2010, na qual os países acordaram iniciar um Programa de Cooperação com vistas a identificar as melhores práticas na matéria,

ACORDA:

Convocar uma Reunião de Funcionários Governamentais para a Aprovação e o Desenvolvimento de um Programa de Cooperação sobre Estatísticas em Serviços para os dias 14 e 15 de julho de 2011, na sede da Associação.”

6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados de Bens

...Ofereço a palavra à Representação do Uruguai para informar sobre a reunião de Acesso a Mercados de Bens.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada, Presidenta. Em 30 de maio realizou-se a Reunião do Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados de Bens.

Nessa reunião informou-se da participação de um Representante da Secretaria-Geral em uma Reunião de Diretores Gerais de Aduana que se estava realizando na República Dominicana onde, entre outros temas, será ratificada a realização da VI Reunião do Comitê Ibero-Americano de Nomenclatura do COMALEP na Sede da ALADI, de 11 a 22 de julho do presente ano.

Após um intercâmbio de opiniões, salientou-e que a essa Reunião do COMALEP assistem somente técnicos na área de Nomenclatura. Os temas vinculados à Nomenclatura da Associação continuarão sendo tratados no Comitê.

Foi apresentado pela Secretaria-Geral um breve relatório sobre o Desenvolvimento da VI Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem, onde participaram todos os países-membros e foi feito um resumo sobre os avanços atingidos e os temas tratados em profundidade e informou-se sobre o tema Acumulação de Origem.

Neste tema os negociadores expressaram sua vontade de realizar uma mesa de trabalho durante a próxima Reunião de Negociação, sendo analisadas, neste âmbito, possíveis alternativas sobre o tema.

Foi proposta a próxima reunião para os dias 20 a 23 de setembro. As delegações destacaram e agradeceram a gestão da Secretaria-Geral, no decorrer da Reunião, que durou 4 dias. Coincidimos em que os avanços realizados foram, em grande medida, consequência da excelente condução da Secretaria-Geral. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado Uruguai. Alguma observação em relação ao relatório deste Grupo de Trabalho?

7. Projeto de nota aos Bancos Centrais membros do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos

...O ponto 7 é o Projeto de nota aos Bancos Centrais membros do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como os senhores sabem, este aspecto foi tratado em um Comitê anterior e a Secretaria-Geral elaborou um projeto sobre o tema, que corresponderia distribuir a todas as Representações aqui presentes para submetê-lo a consideração.

Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidenta. A Delegação da Colômbia na sessão anterior tinha solicitado tempo para estudar estas propostas e poder consultar com a Capital.

Com efeito, a Colômbia considera que o órgão político da ALADI e o Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI são instâncias independentes.

Neste sentido, a Delegação e o Governo da Colômbia respeitam e reconhecem a autonomia do Banco Central em suas decisões em instâncias como o Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI.

O Governo da Colômbia tem claro que a decisão adotada sobre o interesse do Banco Central da Nicarágua de integrar o Sistema de Pagamentos da ALADI, foi uma decisão de voto segredo, portanto este mecanismo deve ser respeitado e seu resultado dele surgido, sem que seja dado nenhum qualificativo ao mesmo.

O Governo da Colômbia considera que este tipo de temas não deve gerar discussões a nível político porque, como já se manifestou, existe uma independência nos mecanismos estabelecidos pela ALADI a respeito do tema. Portanto, esperamos que o assunto não gere maiores discussões no órgão político da ALADI.

Quanto ao Projeto de Nota do Secretário-Geral Interino da ALADI –no mesmo sentido que nos pronunciamos- o Governo da Colômbia considera que não deve fazer-se nenhum pronunciamento a respeito da decisão adotada de forma autônoma pelos Bancos Centrais de nossos países ou dos que integram o Convênio de Pagamentos. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Colômbia. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Bom dia. A Argentina deseja aderir às expressões manifestadas na reunião anterior do Comitê onde foi tratado este tema, daquelas delegações que expressaram que lamentavam a decisão adotada pelas autoridades dos Bancos Centrais da região no sentido de rechaçar o pedido de adesão ao mecanismo do CCR da Nicarágua, mais ainda considerando que se trata de um país interessado em integrar-se como membro pleno da Associação. Nesse sentido, consideramos que além das considerações técnicas, que, certamente

fundamentadas em questões próprias à dinâmica dos Bancos Centrais, levasse a essa decisão. Entendemos que do ponto de vista da perspectiva da integração é uma decisão lamentável. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu queria fazer minhas as palavras da Argentina, Presidenta. É lamentável, realmente, e se os Bancos Centrais são autônomos, o Comitê de Representantes também é autônomo e pode manifestar-se a respeito de um episódio lamentável que atenta em contra da integração da América Latina. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. A Delegação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidenta. A Delegação do Chile recebeu instruções peremptórias da Capital no sentido de ratificar a independência dos Bancos Centrais de maneira tal que não está em condições de acompanhar uma nota do Comitê de Representantes criticando ou dando alguma qualificativo a respeito da decisão adotada recentemente.

Nesse sentido, o único que fazemos é apoiar e coincidir plenamente com o exposto pelo Representante do Governo da Colômbia. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Chile. A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da Bolívia (Salvador Ric Riera). Obrigada, Presidenta. Esta Delegação também adere à posição da Argentina e do Brasil no fato do envio ou reclamação que está fazendo a ALADI perante a atitude adotada pelos Bancos Centrais. Consideramos que a instância política sempre estará acima da instância técnica e que eles deverão estar a serviço desta instância política e das decisões dos Presidentes nas reuniões. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Bolívia. Alguma outra intervenção?

Tem a palavra a Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidenta, o senhor nos distribuiu um texto aqui, e digo isso ao Chile, não seria um texto do Comitê de Representantes, seria uma nota enviada pelo Secretário-Geral tratando de recolher as posições das diferentes delegações aqui, o texto diz: "alguns países-membros recordaram"... "outros países-membros expressaram seu interesse"... e eu não tenho nenhum problema em dizer que ratificamos, como o senhor disse, a independência dos Bancos Centrais. Reconhecemos isso.

Mas, o que estou tratando de dizer é que é difícil não manifestar-nos a favor da integração, é somente isso. É um texto que talvez poderíamos tratar de trabalhar e ver se conseguimos um texto que ratifique a independência dos Bancos Centrais, mas, ao mesmo tempo, que valore também a importância do CCR para a integração e a adesão da Nicarágua ao CCR como um instrumento de integração, apesar de ratificar a independência e a autonomia dos Bancos Centrais. Somente isso. Eu sugeriria, Presidenta, que pudéssemos trabalhar sobre este texto que creio que pode, perfeitamente, contemplar as preocupações da Colômbia e do Chile e, ao mesmo tempo, fazer uma manifestação em favor da integração. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. A proposta do Embaixador do Brasil é obter consenso em um texto e atrever-me-ia a propor que fosse ao Grupo de Alternos. Proponho que seja negociado em Alternos para obter um consenso sobre um texto porque, como diz o Brasil, o texto faria referência à proposta de alguns países que manifestaram aqui, neste Comitê, sua preocupação pela decisão dos Bancos, mas, ao mesmo tempo, reconhece a independência dos Bancos Centrais.

Nunca temos desconhecido, no texto, a independência dos Bancos Centrais, inclusive assim se expressa. Simplesmente é uma manifestação política daqueles países —é como vejo a situação- e creio que podemos enviá-lo a Alternos para que haja consenso de um texto que contemple as posições da Colômbia e do Chile. Tem a palavra Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidenta. Como é do conhecimento de todas as delegações aqui presentes a Colômbia não tem um Alternos. Portanto, preferiria que o tema fosse tratado neste Comitê. Não creio que seja possível a outra proposta.

PRESIDENTA. Bom, certamente, a Colômbia não tem Alternos, então que propomos fazer no Comitê?

Podemos obter o consenso do texto agora ou...a Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Sem nenhum ânimo de que minhas palavras sejam mal interpretadas, mas as reuniões dos órgãos da Associação podem reunir-se com uma quantidade inferior a 12 Representantes. Com 8 representantes temos quorum e o que se possa chegar a trabalhar em uma reunião de Alternos será submetido ao Comitê para sua aprovação.

Portanto, considero que se pode trabalhar na redação, que é um trabalho mais técnico, no âmbito dos Alternos, lamentando muito que não esteja presente a Colômbia, mas isso permitiria avançar e voltar a esta reunião do Comitê com a presença de todos os países-membros para tratar um texto e aprová-lo ou rechaçá-lo. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina pela sugestão. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidenta. Sem tratar de voltar ao tema, mas como expressei, as instruções que temos até o momento, que assinala a inconveniência pelo Governo de Chile, pelo Executivo Chileno que, de alguma forma, está representado neste Comitê por mim e pela Delegação do Chile, começar a qualificar, de alguma maneira, que na atuação do Banco Central, há uma inconsistência. Por conseguinte, creio e assinalo, novamente, que para nós é, lamentavelmente, muito difícil poder buscar uma fórmula com base em uma carta que obteve consenso que, embora mantenha a independência ou o conceito de independência dos Bancos Centrais, por outro lado, entra a qualificar ou fazer algum tipo de comentário sobre o que foi a votação no Conselho correspondente.

Eu apresentaria uma proposta diferente, que seria que aqueles países que consideram que têm uma posição diferente e desejam que conste uma expressão de causa sobre o acontecido, seja transcrita a ata correspondente ou as opiniões apresentadas por cada um dos delegados e sejam enviadas a quem corresponda com os conceitos que consideram

necessários. Aqueles que desejam fazê-lo, o fazem, aqueles que desejam omitir, omitem. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado, Chile. Por favor, México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Simplesmente para manifestar que entendo que também para nós é lamentável, não gostamos desta desqualificação que pode entender-se assim, à capacidade da Nicarágua em termos financeiros. Porém, a razão do Chile e da Colômbia é importantíssima porque se um país tem uma instrução tão precisa, devemos atendê-la com muita atencção.

Estamos de acordo com a idéia de revisar o texto, mas neste caso se há dois países que não acompanham, deveríamos pensar se continuamos com o texto e no nosso caso também deveríamos fazer consultas, porque também devo dizer que isto não anula o ingresso da Nicarágua à ALADI. Pode perfeitamente entrar à ALADI, não é amável, não é agradável o que aconteceu, mas não é um obstáculo para seu ingresso à ALADI. Se fosse assim seria outra coisa, mas não é. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado, México. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidenta. Creio que a proposta feita pela Delegação do Chile poderia ser viável no sentido de que está claríssimo que aqui há instruções claras de cada um dos Governos que temos diferenças e que estas constem em atas, as posições de cada um dos países, e seja de maneira sucinta, com um anexo contendo as posições daqueles que considerem que devem pronunciar-se sobre o tema, assim o façam. Posso entregar à Secretaria a posição que li. Portanto, não teríamos inconveniente se assim fosse redigida em um resumo do que é esta sessão. Obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Colômbia. Quando olhei isto e sugeri também que fosse anexada a ata, que se possa anexar à mesma ata do Comitê de Representantes anterior a esta carta do Secretário-Geral, se a Colômbia e o Chile não tiverem objeção alguma e a exposição desta ata ainda está muito mais completa porque já a Colômbia e o Chile receberam instruções expressas de seus respectivos Governos.

Portanto, estão de acordo em que o Secretário-Geral dê o consenso no Grupo de Alternos a um texto e que a ata seja acompanhada das posições destes países. Estamos de acordo?

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Obrigado, Presidenta. Tenho algumas dúvidas. Não sei se, em primeiro lugar, seria conveniente que uma ata de uma sessão do Comitê de Representantes saia deste seio. Essa é minha primeira preocupação.

A segunda, não sei em que pode beneficiar à integração opiniões diversas sobre um tema tão delicado que estamos analisando, não sei qual seria o efeito disso. Preocupa-me muito esse tema. Nesse sentido, não desejaria unir-me a um consenso que tivesse por objetivo enviar atas ou demonstrar publicamente uma desunião sobre um tema de integração. Considero isto muito perigoso, realmente.

Não sei, é muito provável que tenhamos necessidade de dar-nos um pouco mais de tempo para refletir sobre isto. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Equador. Neste caso a ata não seria uma ata total, seria sobre o tema em questão, mas, em definitivo, tem o mesmo espírito do qual falava o Equador. A posição do Equador é que deveríamos refletir a esse respeito.

Proponho mandar, de qualquer maneira, esta situação ao Grupo de Alternos para tomar uma decisão. Estamos de acordo? Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Perdão que deva intervir novamente. Minha opinião é que devemos ter um pouco de consideração com a Colômbia, que pelo manifestado não tem Alternos, e enviar um tema no qual sabemos com certeza de que a Colômbia não estará presente, considero isso também inadequado. Creio que seria melhor formar um Grupo de Trabalho que dê alguma possibilidade mais a este tema que enviá-lo ao Grupo de Alternos. Dessa maneira estamos evitando que a Colômbia esteja presente e não creio que seja conveniente trabalhar dessa forma.

PRESIDENTA. Obrigada, Equador, mas de qualquer forma estaremos criando um Grupo de Trabalho e a Colômbia não tem um segundo. É a mesma coisa, que seja de Alternos ou que seja um Grupo de Trabalho, é a mesma coisa.

Ou o Grupo de Trabalho que propõe o Equador é um grupo em nível de Embaixadores? É o que está propondo o Equador?

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Sim, poderia ter essa variante claro. Obrigado.

PRESIDENTA. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente queria dizer que não há necessidade de caracterizá-lo como um grupo de Alternos, nos reunimos a qualquer nível, que seja o nível que seja e será uma decisão nossa, caberá a nós decidir, não creio que devamos ter medo de reunir-nos. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada. Brasil. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Sim, Presidenta, obrigado.

Considero correta a idéia de incluir isto em uma reunião de Chefes. É um ponto muito importante e queremos reiterar que não consideramos correto deixar só a um país nisto. Neste caso é o Chile. Devemos escutar com muito cuidado e escutaremos com muito cuidado o que o Chile deseja manifestar. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, México. A Delegação de Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Considero que devemos abrir um espaço onde possamos estar alguns Chefes ou algum delegado. Podemos buscar um espaço onde, não necessariamente qualifiquemos negativamente, porque há objeções de alguns países. Devemos fazê-lo de forma positiva, com vistas aos processos de integração que estamos vivendo.

Portanto, consideramos importante que haja consenso em uma visão com vistas ao futuro e por isso aderimos ao que está sendo trabalhado para ter um espaço onde cada Delegação que participa e a quem designa. Pela Venezuela, se posso participar diretamente o farei, mas, caso contrário irá outro representante com instruções precisas de nossa Delegação.

PRESIDENTA. Obrigado, Venezuela. Então interpreto que há consenso para criar um grupo em que nos reunamos os Chefes, os Embaixadores, Representantes junto à ALADI para discutir este tema. Ficaria pendente a data. María Clara viaja amanhã e volta em 25. Portanto, poderíamos reunir-nos ou amanhã, para superar esta situação, ou depois do regresso da Embaixadora. Submeto à consideração a data mais conveniente.

A Representação do Peru, por favor.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Desculpe, Presidenta, que solicite que resuma outra vez o consenso, acrescentando uma dúvida no sentido de já se aceita há consenso sobre o envio da carta. O que estudará o Grupo de Chefes seria a redação do texto? Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado, Peru. Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidenta. Não desejo ser reiterativo, mas tenho instruções, como creio que tem a Colômbia, de não aderir a nenhuma carta emitida pela ALADI em relação com a situação acontecida com os Bancos Centrais. Portanto, não sei se busca criar um Grupo de Trabalho para obter consenso sobre uma carta à qual estaríamos, de alguma forma, obrigados a manifestar que não compartilhamos, de maneira que somente desejo manifestá-lo para obviar uma situação que possa ser, finalmente, incômoda. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Chile. Tem a palavra a Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). É a mesma coisa, Presidenta. Nós indicamos que não estamos de acordo com um pronunciamento da ALADI que consideramos um órgão político nesta matéria.

PRESIDENTA. Então, não tem nenhum sentido que se reúna um grupo para buscar um consenso porque há duas posições que se opõem ao envio da carta. Portanto, solicito assessoramento à Secretaria-Geral de como devo proceder nesta situação.

Tem a palavra o Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Devemos analisá-lo mais, não temos para esta situação direito a veto, ou seja, as decisões adotadas por maioria, isto é, com 8 votos favoráveis à decisão adotada, volto a repetir, não existe direito a veto a este respeito. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado, Subsecretário. Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Obrigado, Presidenta. Considero que há um tema aqui que já mencionei. O espaço que propunha era para refletir sobre a forma de proceder, em geral, sobre o tema, porque evidentemente a carta não tem consenso, creio que isso está muito claro. Refletir sobre este tema, porque não considero

conveniente que o Comitê de Representantes dê uma mensagem em que se registre uma divisão sobre um tema que envolve aspectos de integração. Essa é a minha preocupação e desejo reiterá-la. Está muito claro que não há consenso sobre a carta. O tema é que o espaço que se pode dar é em função de se é conveniente ou não dar uma mensagem, seja em forma de carta, seja em forma de envio da ata, seja como uma lista de posições dos países.

Isso me preocupa, considero muito perigoso dar uma mensagem sobre integração com posições divididas. Não é um tema fácil de resolver. Portanto, não creio que o tema esteja já em uma carta ao Secretário-Geral ou coisas pelo estilo. Muito provavelmente esteja fazendo uma reflexão de Representante Permanente. Vejamos a conveniência ou não de continuar, basicamente, com este tema.

PRESIDENTA. Sim, obrigada, Embaixador. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Minha intervenção será muito breve. Nós não estamos cómodos com a carta, mas acompanhamos a idéia da mensagem, porque não gostamos da medida que afeta a Nicarágua, mas como disse meu colega equatoriano, menos gostamos de deixar dois países em minoria, porque creio que é mais importante estar juntos que mandar uma carta que, finalmente, nem sequer penaliza a Nicarágua quanto à sua aspiração de ser membro da ALADI.

Então, desejo deixar isto muito em claro, porque é um tema mais importante que o anterior. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, México. Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Desejo manifestar, pelo valor superior que tem a integração regional, que também compartilho a conveniência de não deixar isolada nenhuma Delegação. Sugiro incluir este tema na agenda do Conselho de Ministros, que está prevista sua convocatória nesta mesma sessão. Não é verdade, temos um ponto da Ordem do Dia que fala disso e considero que é um tema que merece ser tratado pelo órgão político máximo da Associação, porque do nosso ponto de vista continuamos pensando que a decisão tomada é lamentável.

Portanto, minha sugestão para sair deste impasse é que este tema seja incluído na agenda da reunião do Conselho de Ministros, a realizar-se proximamente. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina. Tem a palavra a Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Sim, Presidenta. Eu pediria, creio que merece ser discutido no Conselho de Ministros, creio que a próxima reunião do Conselho, seja qual for, principalmente se vamos avaliar em nível de Conselho a adesão da Nicarágua, então, não poderão os Ministros, simplesmente, deixar de lado o fato que a Nicarágua foi rechaçado de um instrumento da ALADI, do mecanismo financeiro-econômico da ALADI.

E eu queria, para que possam, inclusive, recordar aqui a nível nosso, aqui na ALADI os termos dos Presidentes em Cancun, nossos Presidentes, o Presidente do Chile, o Presidente da Colômbia, que valorizou o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, pediu que fosse difundido, que fosse divulgado o convênio, para que se pudesse expandir e que existissem mais adesões ao Convênio. Penso que é realmente uma lástima que nós

tenhamos que negar o que nossos mesmos Presidentes solicitaram que todos os países fizessem. Obrigado.

Vou ler o parágrafo 13 da Declaração de Cancun: "Realizar uma reunião sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI a ser convocada por essa Associação..." o seja, por mais independentes que sejam os Bancos Centrais, cabe a nós aqui coordenar a questão do CCR-" "...à qual serão convidados representantes de outros sistemas de pagamentos e créditos recíprocos existentes na região, bem como países da América Latina e o Caribe que não sejam membros do CCR, com vistas a fazer intercâmbio de informação sobre esse sistema." Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. Tem a palavra a Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Preocupa-me que para a sessão do Conselho de Ministros, onde a decisão sobre o ingresso da Nicarágua será positivo, discutir que desde já sabemos que surgirão nesse mesmo Conselho algumas divergências, isso por um lado.

Por outro lado, minha Delegação disse que nós, como Governo da Colômbia não estamos de acordo em que haja u pronunciamento do órgão político, entendendo ia ser discutido nesse Comitê, mas isso mesmo se aplica ao Conselho de Ministros. Então, encaminhar o tema ao Conselho de Ministros e torna mais difícil. Se no ponto do Conselho de Ministros vai ser tratado o tema da adesão da Nicarágua à ALADI, algum país, de forma soberana desejaria pronunciar-se sobre este tema. Todos são autônomos, mas nós não estaríamos em condições e aprovar, como tema do Conselho de Ministro, o ingresso da Nicarágua sim, mas este, em particular, não. Obrigado Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Colômbia. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidenta.

Obrigado, Presidenta. Também para solidarizar-nos e estar de acordo com a posição do Brasil de que este foi um mandato e que é uma lástima não poder enviar a carta como estava redigida e com alguma modificação. Considera esta Delegação que as visões políticas dos membros da ALADI não são todas similares, que nunca ou que na maioria dos casos não é necessária a unanimidade. Pensamos diferente, temos projetos políticos diferentes, cremos que nesse caso principal há um mandato dos Presidentes e consideramos que deveríamos cumpri-lo e que tremenda crise monetária o CCR é importantíssima para que estejam todos presentes e entraríamos já em uma posição negativa, excluindo um dos países que deseja, inclusive, ingressar em breve à ALADI.

Para finalizar, consideramos que também poderia ser tratado no Conselho de Ministros, embora espere que venham os Ministros e não discutamos nós o tema, pelas anteriores experiência que isto seria um Conselho de Ministros e estaríamos na mesma situação.

Aqui, de alguma maneira, deveremos ceder alguns e outros, e isto não concordaria com a posição do México, mas ficaremos um pouco frustrados não? É um mandato dos Presidentes disse Regis e creio que deveríamos aplicar a carta para saber se temos maioria. Não tem por que haver unanimidade. Não temos projetos políticos similares, temos visões políticas diferentes. Para nós a integração também tem uma visão diferente, para outros é somente comercial, para nós é de solidariedade.

Acreditamos que não somente a visão do Banco Central é o importante, a visão de nossos Presidentes é mais importante que a do Banco Central. Os Bancos Centrais são operadores de nossas decisões políticas. Não vamos ficar abaixo do Banco Central em nenhum momento. Isso é, obrigado. Isso é tudo.

PRESIDENTA. Obrigada, Bolívia. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, Presidenta. Como é conhecido, nós não participamos do Convênio, mas temos acompanhado muito minuciosamente os debates, as reflexões feitas nesta reunião e na anterior e, por isso, sim, sendo membros da ALADI gostaríamos de propor obter da Secretaria um parecer que ajude um pouco à reflexão sobre o relacionamento entre os órgãos políticos da Associação para trabalhar e para fazer a integração e creio que a nós, pelo menos, também nos servirá para conhecer um pouco a cultura, o vínculo entre este convênio que, em algum momento, foi criado e tem um tipo e relação, porque o mandato do Conselho de Ministros utiliza a Secretaria-Geral como Secretaria-Técnica da ALADI.

Então, ter um pouco esses elementos para saber também como pode surgir a reflexão com relação aos vínculos, não de subordinação, isso está claro, por isso seria importante saber como se vinculam os órgãos e os instrumentos dentro da Associação para tomar decisões, para refletir, para manifestar-se, etc., e nesse sentido gostaríamos de que a Secretaria pudesse fazer uma espécie de trabalho, de parecer histórico sobre o surgimento, os relacionamentos, os mandatos, etc., e os vínculos estabelecidos entre estes instrumentos e os órgãos supremos da Associação. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Cuba. Aqui temos várias visões. Está a visão de convocar uma reunião em nível de Embaixadores. Considero que foi proposta pelo Emilio. Há outra posição, neste caso da Colômbia e do Chile, que receberam instruções expressas de seus respectivos Governos de não acompanhar nenhum tipo de carta. Há outra posição que não é necessário buscar um consenso, porque já temos a posição expressa por mandato dos seus respectivos governos, da Colômbia e do Chile, de não acompanhar nenhum tipo de Projeto de proposta da Argentina e do Brasil, de submeter esta situação ao Conselho de Ministros para fazer comentários sobre esta situação.

O seja, temos diferentes posições e considero que devemos fazer um intervalo e discutir todos estes projetos. Esta é minha apreciação. Como disse Cuba, a Representante Alternativa, Cuba não participa deste convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos, creio que devemos fazer um intervalo para tratar esta situação da melhor forma possível e que nos permita chegar a um consenso e chegar a uma discussão política sobre o caso e não deixar também à Colômbia e ao Chile fora deste contexto, como diria o México.

Portanto, nesta situação, proponho aos Representantes dos países-membros convocarem uma reunião de Embaixadores, como fizemos em outras ocasiões para tratar temas específicos, depois do regresso da Embaixadora da Colômbia, que pode ser antes da convocatória do Conselho de Ministros para ver a melhor forma de poder resolver o problema entre nós e se aqui, no Comitê de Representantes, não pudemos chegar a um acordo de consenso, muito menos vamos chegar ao Conselho de Ministros com as implicações ainda maiores e mais negativas.

Prefiro que seja em uma reunião nossa na qual tratemos o tema de forma construtiva e obtenhamos um acordo entre todos, se estiverem de acordo com minha proposta... Peru, por favor.

Representação do PERU (José Emilio Romero Cevallos). Presidenta, em princípio, estou de acordo com o proposto pelo senhor, mas desejaria acrescentar uma opção adicional, ou seja, que a reunião de Chefes se reúna, entre outras coisas, para formalizar alguns parâmetros, alguns critérios gerais que não, necessariamente, seriam refletidos em um carta como esta, cujo texto não têm o consenso e todas as Representações, senão que sejam utilizados e incorporados a uma informação muito enérgica, muito dirigida de forma direta a mostrar como existe esta contradição entre a decisão tomada de não admitir à Nicarágua no Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários, com os objetivos de nossa política de integração e que cada Representação seja a encarregada de enviar com a redação ou com os critérios que considere pertinentes a seus respectivos governos, de forma individual. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Pode ser considerado também nesta reunião que proponho, se não têm nada em contra, realizá-lo após a chegada da Embaixadora da Colômbia de Bogotá.

Caso não houver nenhuma observação... Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Gracias, Presidenta. Estamos de acordo com o curso de ação que propõe, sem prejuízo do qual considero que o que devemos refletir aqui é se a decisão adotada em nível do Banco Central concorda com o mandato de nossos Presidentes que ficou plasmado na Declaração Cancun, no parágrafo lido pelo Embaixador do Brasil, e essa avaliação pode realizar-se no Conselho de Ministros, que é o âmbito mais apropriado, depois de uma nova reunião de Presidentes, que seria realmente o órgão competente para interpretar suas próprias, mas devido à entidade política do maior nível político desta questão, insistimos em que deve ser tratada no âmbito político de maior nível da Associação, que é o Conselho de Ministros e ali definir se, definitivamente, o que aconteceu na reunião de Cartagena das Índias se condiz com o decidido pelos Presidentes em Cancun. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Volto a apoiar a proposta da Argentina, Presidenta, para que isso seja tratado no Conselho de Ministros, porque segundo o Artigo 30 do Tratado de Montevideú: "O Conselho é o órgão supremo da Associação e adotará as decisões que correspondam à condução política superior do processo de integração econômica."

Então, cabe ao Conselho de Ministros da ALADI, desta Associação, ter a condução política superior do processo de integração econômica. Se eles não podem falar do CCR, então me pergunto quem pode falar Obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidenta. Como o tema começou a tratar-se novamente, tenho a obrigação de reiterar que a Delegação da Colômbia não está de acordo em que seja incluído nos temas da agenda do Conselho de Ministros este tema em particular. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Colômbia. Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidenta. Pela importância do tema a Bolívia adere à posição de que o Conselho de Ministros, como

instância superior, analise o mandato dos Presidentes de Cancun sobre a necessidade de incorporar todos os países no CCR, ou seja, que apoiamos a posição da Argentina e do Brasil sobre este tema.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Tivesse sido mais fácil falar isto em uma reunião de Alternos ou do Grupo de Trabalho. Se for para trabalhar em um texto que possamos pedir ao Secretário-Geral, onde sejam recolhidas as posições dos países que se resguarde, que se ratifique a independência dos Bancos Centrais, mas que se valore a integração e o CCR seja reconhecido como instrumento importante da integração. Não temos forma de reconhecer isso. Se há consenso nisso, creio que o melhor é discuti-lo em um Grupo de Trabalho, ou melhor, fazê-lo no Conselho, porque corresponderá aos Ministros decidir se vamos valorar ou não o CCR. Obrigado.

PRESIDENTA. No que se refere às últimas palavras do Embaixador do Brasil, interpreto que podemos reunir-nos os Embaixadores quando regresso María Clara, repito, para tratar o tema. Estamos de acordo com isto?

Perfeito. Isso é o que acordamos para reunir-nos novamente antes da convocatória do Conselho de Ministros e ventilar este tema de forma construtiva para todos.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Simplesmente, caso seja esse o possível acordo estamos de acordo, caso contrário não podemos, logicamente, que a Venezuela adira à posição do Brasil, acompanhada pela Argentina e pela Bolívia, de que seja um tema –já que nós não podemos- porque deve se discutido por nossos Ministros.

PRESIDENTA. Obrigada, Venezuela. Alguma outra intervenção?

Não havendo nenhuma intervenção fica como Acordo e através da Secretaria-Geral buscarei uma data conveniente para reunir-nos todos para tratar o tema, antes da convocatória do Conselho de Ministros.

8. Bicentenário da República Oriental do Uruguai, país-sede da Associação.

... Seguimos com o ponto 8 da agenda do Bicentenário da República Oriental do Uruguai, país-sede desta Organização.

Na passada reunião, o Comitê de Representantes solicitou a esta Secretaria- Geral a apresentação de alguma ação para parabenizar pelo Bicentenário do Uruguai. Nesse sentido a Secretaria-Geral preparou, incorporou, nas pastas de todas as delegações, um Projeto de Resolução do Comitê de Representantes, a fim parabenizar o Uruguai.

Nesse sentido, submete-se a consideração das delegações o Projeto de Resolução “Bicentenário do Processo de Emancipação do Uruguai”. Todas as Representações têm isto na pasta. Caso não houver nenhuma observação poderia considerar-se aprovada esta Resolução e ficaria registrada com o número 378.

Sim. O silêncio significa que se considera aprovada a Resolução.

“RESOLUÇÃO 378

BICENTENÁRIO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO URUGUAI

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980.

LEVANDO EM CONTA que 2011 foi declarado, pelo Senado e pela Câmara de Representantes da República Oriental do Uruguai, o ano da "Celebração do Bicentenário do Processo de Emancipação Oriental", no âmbito da luta dos povos americanos por sua autodeterminação e independência.

CONSIDERANDO que a República Oriental do Uruguai é o país sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),

RESOLVE:

Expressar ao Governo da República Oriental do Uruguai e ao povo irmão uruguaio as mais calorosas congratulações de todos os países-membros da ALADI em ocasião da comemoração do Bicentenário do Processo de Emancipação Oriental, que contou com o comando e a liderança do General José Gervasio Artigas, Chefe dos Orientais."

Por último, tínhamos previsto, quem fala, juntamente com a Secretaria-Geral, coordenar uma Conferência Magistral com o Doutor Rodrigo Arocena, Reitor da Universidade da República.

Esta Conferência Magistral se realizará nesta mesma Sala, na sexta-feira 17 às 10h, e solicitamos a todos os Representantes, sua máxima atenção.

9. Convocatória do Conselho de Ministros.

Por outro lado, a convocatória do Conselho de Ministros, como já esteve sendo manejada na anterior reunião do Comitê de Representantes, não pode realizar-se entre os dias 27 e 30 junho, porque está se celebrando a Cúpula do MERCOSUL em Assunção, Paraguai.

Portanto, tínhamos previsto a convocatória do Conselho de Ministros para 3, 4 ou 5 de julho. Submeto à consideração do Comitê para buscar a data mais apropriada. O México propõe o dia 5.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Em 5 e 6 de junho se realiza a Reunião da CALC na Venezuela, em 5 a de Ministros, e em 6 a de Presidentes. É a Cúpula dos Estados da América Latina e o Caribe.

PRESIDENTA. Efetivamente, a reunião da CALC se realiza na Venezuela. Portanto, tenho a impressão de que teríamos que adiantá-lo. Que da cai o 3? Por favor, Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Desejo compartilhar uma preocupação totalmente pessoal. Estamos preocupados pelo fato de compartilhar uma preocupação que é totalmente pessoal. Estamos preocupados pelo fato de que as reuniões do Conselho de Ministros são uma repetição disto, que vivemos cada dia no Comitê. Por que não aproveitamos a reunião da CALC, onde sim estarão os Ministros para fazer em uma parte uma reunião do Conselho de Ministros da ALADI, embora seja na Venezuela. Considero que dessa maneira garantiríamos que este órgão supremo da Associação se

reunisse no nível que lhe corresponde e dar-lhe toda a hierarquia que consideramos que este âmbito tem: é a casa mãe da integração latino-americana.

Como efeito, que poderia qualificar-se como negativo, é que a reunião não seria na sede da Associação, mas considero que é o mal menor, frente ao benefício de poder contar com um Conselho de Ministros, onde estejam os Ministros. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina. Realmente, não sei qual será o sentir das demais Representações. Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Sim, em princípio considero que a proposta da Argentina é algo que se fez com muita frequência no passado e continua se fazendo, aproveitar, inclusive, a possibilidade de que os Chanceleres em sua grande maioria possam estar presentes em uma reunião. O único que deveríamos fazer é saber se, na realidade, tanto a Secretaria quanto o país anfitrião podem estabelecer o espaço adequado, não?

Às vezes é complexo também, -um pouco comento isto pelos anos que dediquei a estes assuntos- pela quantidade de reuniões que se realizam no âmbito de uma reunião importante, porque, não somente estão convocadas as reuniões centrais, neste caso a CALC, mas também esta é uma oportunidade para que a UNASUL se reúna, que o Grupo do Rio também se reúna, e depois os Chanceleres realizam suas reuniões bilaterais. Portanto, embora seja verdade que a grande maioria dos Chanceleres estão presentes em um fórum desta natureza, é muito provável que não todos os Chanceleres realmente assistam à reunião, apesar de estarem na sala contígua. Esse é o risco que tem este tipo de reuniões, mas é uma boa idéia. Em todo caso, vemos estudá-la. Não creio que tampouco seja fácil tomar uma decisão sobre isso. Devemos estudar, principalmente, a possibilidade de que a Secretaria o faça e o país anfitrião esteja também de acordo.

PRESIDENTA. Obrigada. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Em princípio é uma idéia interessante, mas creio que devemos levar em conta toda a problemática logística disso, porque é necessário levar muito pessoal, muitos de nós teríamos que ir também, com todo o *background da* reunião, e estou um pouco surpreendido, mas em princípio não estaria mal, considero complicado faltando apenas um mês. Em primeiro lugar, devemos ter a opinião de Caracas.

Na verdade, sinto-me um pouco surpreendido, devemos fazer uma avaliação e devemos consultar a opinião de nossa capital, mas sim devemos refletir sobre a dificuldade prática da logística, de fazer um movimento desse tipo. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, México. Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, Presidente. Consideramos boa a idéia da delegação argentina. Deveríamos salvar os temas técnicos possíveis da logística e também a comunicação com nossos Chanceleres, se estão de acordo com esta idéia.

Indubitavelmente, se não fazemos isto, a reunião se realizará entre nós, repetiremos o Conselho de Ministros anterior, no qual não estarão presente, e a da Venezuela poderia ser uma idéia interessante e prática, porque eles estão ali. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Bolívia. Tem a palavra a Representação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Considero uma muito boa idéia, Presidenta –enquanto se garanta que possa haver “arepas” nas reuniões com carne mechada e com queixo guaianês – é uma muito boa idéia e não será a primeira vez que faremos uma reunião do Conselho fora da sede.

O único que tenho dúvidas é sobre as datas. Estamos programando um Conselho para menos de 30 dias, e o que penso, o que me vem à cabeça é que nem sequer temos um candidato para Secretário-Geral. Ou seja, vamos ter outra reunião do Conselho a seguir. Isso é o que me pergunto. A adesão da Nicarágua claro que tem toda a importância, estamos discutindo há uma ou duas horas por isso, e a adesão da Nicarágua feita pelo Conselho em Caracas pelos mesmos Ministros teria muito mais relevância, obviamente, mas teríamos de convocar uma nova reunião do Conselho, um mês, dois meses, três meses depois. Isso é o que tenho dúvidas, então, menos de um antes de programar uma reunião... não sei, tenho dúvidas, mas posso consulta sobre isso o meu país. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Bom, nós aderimos ao critério. Esta proposta apresentada pela Argentina, porque corremos o risco de ver os mesmos rostos e, logicamente, a reunião em Caracas é uma reunião que todos os Presidentes priorizaram como um fato importante e histórico e o único que propomos e sugerimos é que possa, de repente, a Secretaria-Geral fazer a consulta à Secretaria-Geral da CALC neste sentido, e esta Delegação poderia também comprometer-se a fazer a consulta do caso a nossa Chancelaria para saber sua disponibilidade logística, que é o que se sugeria e propunha.

Consideramos que não será muito complicado porque aderimos alguns poucos que estamos aqui, os outros, que são os Ministros já vão estar ali, porque no dia 5 de realiza a Reunião de Ministros, que cremos, pelas agendas preliminares, que poderia ser possível, e o 6, a Reunião de Presidentes.

Além disso, como dizia a Delegação do Brasil, isto lhe daria uma maior relevância às diferentes decisões que nela se adotarem e nós consideramos mais em corrê-la que em adia-la, isto é, que comecemos a trabalhar 24 por 24, se for necessário para poder ter um âmbito onde a ALADI possa renovar seu espírito de integração, dos novos momentos que estão vivendo nossos países.

PRESIDENTA. Obrigada, Venezuela. Estou de acordo com a proposta da Argentina. Creio que isto é algo que devemos informar às capitais, e adiro à Venezuela. Não creio que devamos adiar a reunião do Conselho de Ministros extraordinária quando se decida o candidato, mas não devemos continuar adiando o ingresso oficial da Nicarágua à Organização sujeito à designação do Secretário-Geral.

Então, devemos submeter esta proposta e, como dizia o Embaixador da Venezuela, correr não adiar. Fazemos um impasse e voltaremos a tratar o tema no próximo Comitê de Representantes, após ter mais claro o cenário no qual podemos celebrar esta reunião do Conselho de Ministros em Caracas.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidenta. Creio que não podemos demorar a decisão, caso se realize reunião de Chefes, talvez se

possa falar ali, mas a próxima reunião do Comitê é tarde. Considero que já a 15 dias da Cúpula da CALC e não há tempo, devemos fazer as consultas e adiá-lo o mais tardar para a próxima semana.

PRESIDENTA. Então, podemos convocar um Comitê para a semana próxima, hoje é quarta-feira, ou podemos reunir-nos na segunda ou na quarta-feira. Quando tenhamos os dados faremos um Comitê Extraordinário nada mais que para tratar esta situação. Se o fazemos a reunião em Caracas ou convocamos uma reunião do Conselho de Ministros em Montevideu.

Estamos de acordo? Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Obrigado, Presidenta. Desejo lembrar a meus colegas presentes que temos reunião do GMC em Assunção nos dias 14 e 15 de junho, que é a semana próxima e isto impossibilitará nossa presença, pelo menos, de 4 membros do MERCOSUL. Portanto, deveríamos considerar uma data diferente para essa reunião. Obrigado.

PRESIDENTA. Pergunto ao Brasil e à Argentina, que data propõe?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Com todo respeito creio que as Representações do MERCOSUL, aqui em Montevideu, têm seus Alternos que poderão assistir a um Comitê e se o senhor convoca um Comitê para a próxima semana eu não vou estar, por exemplo, mas isso não impede que a Argentina esteja presente, que possa opinar e creio que ocorre o mesmo com as outras Representações que são Estados Parte do MERCOSUL.

PRESIDENTA. Não devemos dilatar isto e, realmente, este Comitê Extraordinário seria para receber as orientações e as consultas que faremos a nossas capitais. Isso pode fazê-lo tanto o Embaixador como os Alternos. Sim, digam-me.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Obrigado, Presidenta. Caso seja concretizada a nossa reunião de amanhã, que tínhamos ficado...

PRESIDENTA. Perdão, Embaixador, mas estive procurando consenso. Somente resta um ponto. Estou esperando essa resposta e após seu recebimento a comunicarei ao senhor e não vamos ter reunião amanhã. Tem a palavra o México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Sim, em primeiro lugar, fico perplexo de saber que amanhã não temos reunião porque eu não estava informado e era, justamente, no meu escritório. Gostaria de saber por que não há reunião amanhã.

A segunda coisa que desejo dizer é que, como há pouco tempo, devemos elaborar um plano B. O plano B é poder ter, de qualquer maneira, uma reunião aqui e nesse caso creio que entre as datas que estão ficando, a melhor é 4 de julho. Então devemos ter um plano B porque, caso contrário vamos ficar como se diz no México "como el perro de las dos tortas", sem uma e sem a outra.

PRESIDENTA. Estamos de acordo. Peço mil desculpas, minhas mais profundas desculpas, porque realmente ontem quando fomos embora, saímos com o consenso e apenas estamos pendentes de uma consulta e quanto... estou fazendo um consenso. O Senhor Embaixador não tinha chegado e ficamos nisso.

Portanto, adiro, precisamente, à proposta do embaixador do México. Devemos ter um plano B e é o de 4 de julho.

Tem a palavra a Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). De acordo, agradeço muito e não há problema com as desculpas. Agradeço muito ao Embaixador, o que desejo manifestar é que fique muito claro que não vamos deixar passar o estudo da situação de trabalho de nossos colegas da Secretaria. Devemos fazer um trabalho sério, profundo, sobre a política salarial. A política de trabalho, etc., é um mandato que consta da Resolução 373 ou 374. Bem, esperamos um ponto nada mais, mas aquela outra coisa não podemos dilatá-la mais porque necessitamos todos um clima de trabalho que funcione, que esteja em harmonia e que nos permita avançar, isso é tudo. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, México. Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Consideramos que a data de 4, independentemente de outras razões, está muito próxima, calculando que em 5 e 6 devem estar em Caracas para a reunião que estamos mencionando. Nós sugerimos depois da próxima semana que será um pouco mais cômoda, para poder finalmente reunir-nos aqui, em nossa sede. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Em qualquer clube a solicitação de adesão de novos membros, de novos sócios, é um motivo de alegria, porque significa que o clube está vivo, então, consideramos que a formalização da solicitação de adesão da Nicarágua é um motivo de muita alegria para a ALADI, que merece ser tratada ao máximo nível.

Atrevo-me a dizer que se falamos como uma alternativa o dia 4 estamos garantindo que não estará nenhum Chanceler nem Vice-Chanceler presente. Portanto, se nos inclinamos por realizar a reunião na sede da Associação, devemos buscar uma data que seja factível de ser aceita na agenda de nossos Chefes. Tenho a certeza de que essa não será aceita. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Argentina. Há uma proposta que é fazer as consultas pertinentes, convocar um Comitê de Representantes para a próxima semana, que pode ser na quarta-feira, para receber as orientações de capitais que tenhamos, caso se celebre no âmbito da Cúpula da CALC em Caracas ou nos ajustamos à proposta da Argentina de passar a fazer uma convocatória do Conselho de Ministros, que pode ser, perfeitamente bem, mas não me atreveria a dizer já uma data, porque sei bem que no dia 4 vamos ver nossos rostos os mesmos que estamos aqui, com um nome diferente. Deveríamos propor uma data e essa data poderíamos concretizá-la no Comitê de Representantes da próxima semana.

Caso não seja concretizada a reunião da CALC poderemos buscar uma data conveniente para todos que poderia ser na primeira quinzena de julho. Na mesma consulta que seja feita às capitais, se não pode ser em Caracas, que seja proposta uma data pelas capitais, sujeita a que possa ser em Caracas, na primeira quinzena de julho. Atrevo-me a dizer que Cuba na primeira quinzena de julho não pode.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Consideramos que poderíamos fazer já uma consulta prévia, porque estamos pensando antes da Cúpula da CALC, talvez para dar uma boa notícia da ALADI na reunião dos Presidentes de nossos países, e uma posterior, que logicamente será decidida por nossos Ministros, sua realização em Caracas ou em Montevidéu, antes ou depois. Creio que temos somente dos possíveis pontos de agenda para essa reunião, não?

PRESIDENTA. Claro, é uma reunião muito breve, muito específica. Muito bem, ficamos assim, solicitamos consenso no Comitê Extraordinário da próxima semana.

Representação da VENEZUELA (Julio Chirino). Em primeiro lugar pensamos que é a sexta-feira, prévia à reunião da CALC, no dia 1º, e depois a segunda quinzena e a CALC, são três datas nas quais poderia realizar-se a reunião. É possível que em 1º de julho, se nossos Ministros a priorizam, venha algum Ministro ou alguma Delegação de Alto Nível.

PRESIDENTA. ¿Em 1º de julho? Sim, está bem, ou em Caracas ou aqui. Perfeito.

Podemos ter consenso após fazer as consultas no Comitê Extraordinário da próxima semana.

¿Alguma outra observação? Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Simplesmente um esclarecimento, Presidenta. A data sugerida pelo colega da Venezuela de 1º de julho é para reunir-se aqui ou em Caracas?

PRESIDENTA. É aqui.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Perfeito, Muito obrigado.

PRESIDENTA. Bem.

10. Assuntos diversos

...Como ponto número 10 serão submetidos à consideração das Delegações os Projetos de Acordo, determinados na reunião informal da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais. Submete-se à consideração o Projeto de Acordo 155 – Utilização do Fundo de Capital de Giro.

Submeto a consideração o Projeto de Acordo 155. Não havendo observações considera-e aprovado como Acordo 334.

“ACORDO 334

UTILIZAÇÃO DO FUNDO DE CAPITAL DE GIRO

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 letra e) e 38 letras m) e n) do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 373 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

ARTIGO ÚNICO.- Autorizar uma transferência de créditos orçamentários do Fundo de Capital de Giro para as despesas relacionadas com o subitem 2.3 – Consultores e Pessoal Transitório, Técnico e de Apoio e para o Item 4 – Posse e Afastamento de Cargos, nas quantias indicadas a seguir:

Subitem 2.3	-	US\$ 36.000
Item 4	-	<u>US\$ 94.000</u>
		US\$ 130.000”

Submete-se à consideração o Projeto de Resolução 279 – Criação de um fundo de Reserva Salarial. Tem a palavra a Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigado, Presidenta. Como bem disse a Presidenta, o Projeto que acabamos de aprovar, o 155, tem consenso, foi acordado na Comissão de Orçamento. Porém, neste caso, creio que merece maior discussão o Projeto que está sendo submetido neste minuto à consideração. Acreditamos que ainda há bastante para discutir sobre ele. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Sim, estamos falando do 279. Sim. Não ficou claro.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). O que estava aprovado na Comissão de Orçamento era o anterior que acabamos de aprovar aqui, no Comitê, mas o seguinte, o que fala de Criação de um Fundo de Reserva Salarial, não foi acordado na reunião da Comissão de Orçamento. Portanto, consideramos que ainda deve ser discutido nesse contexto e não neste, obrigada.

O acordo que estava aprovado na Comissão de Orçamento era o anterior que acabamos de aprovar aqui, no Comitê, mas o seguinte, o que fala da criação de um Fundo de Reserva Salarial não foi acordado na reunião da Comissão de Orçamento. Portanto, consideramos que ainda deve ser discutido nesse contexto e não neste. Obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Chile. Portanto, não se aprova. Que volte novamente à Comissão de Orçamento. Tem a palavra a Representação da Argentina;

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Surpreende-me a posição da Delegação do Chile porque no âmbito da Comissão, embora as reuniões tenham sido informais, chegamos a este texto e também foi considerado na reunião de Chefes. Portanto, chama-me a atenção, Obrigado.

PRESIDENTA. Sim, Cuba, por favor.

Representação da CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigado, no mesmo sentido do expressado pelo Chile. Nós não tivemos claro que alguns dos termos que contém esta proposta tenham sido acordados dessa maneira. Poderemos estar de acordo com alguns, mas com outros, francamente, não. Obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Cuba. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidenta. Somente um pequeno esclarecimento. No contexto da última reunião lembro que foi tratado este Projeto de Resolução da Criação do Fundo de Reserva Salarial. Nessa ocasião, o Chile manifestou que tinha suas diferenças e que devia consultar com o Projeto apresentado

naquela oportunidade, que é diferente a este que está aqui, que devia fazer as consultas pertinentes antes de pronunciar-se e, inclusive, consultaram-me se nesse momento podia fazer as precisões e disse que preferia consultar primeiro antes de fazê-las, embora tenha dado alguma opinião, mas tinha minhas ressalvas e devia consultar.

Portanto, não creio que nesse contexto, pelo menos, tenha sido aprovado. Posteriormente, este Projeto de Resolução chegou por correio eletrônico, não vi nenhum debate nesse correio eletrônico –pelo menos não participei de nenhum debate no contexto do correio eletrônico- quanto às reuniões informais da Comissão de Orçamento. No que se refere à reunião de Chefes, logicamente, não posso opinar. Obrigada.

PRESIDENTA. Obrigada, Chile. Tem a palavra a Representação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente para dizer que tínhamos 4 projetos sendo discutidos. Um se deixou de lado e se decidiu –foi informal, toda a reunião foi informal- mas se decidiu, houve consenso, inclusive, em que se submeteria ao Comitê para aprovar e falou-se disso em uma das duas reuniões de Chefes que tivemos esta mesma semana. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Brasil. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidenta. Somente para precisar que nas reuniões de Chefes de Missão, à qual assisti, o centro do debate foi outro. Devo manifestar que ontem manifestei ao Secretário-Geral minhas ressalvas e que me parecia que não estava todo aceito de nossa parte. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Chile. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Não vejo grandes dificuldades em que regresse e seja discutido novamente, é uma prática, é um tema concreto, não é um tema conceitual e caso volte e for discutido a satisfação dos países, está bem.

Ou seja, propomos que, caso não haja, volte a ser tratado na próxima semana. Não creio que mudem demasiado as coisas. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, México. Estou plenamente de acordo com a proposta do México que deve voltar esta resolução específica à Comissão de Orçamento e adiro, totalmente, às palavras do Chile, porque o que nos convocou nestes dias foi esta Resolução específica e não foram outros aspectos.

Então, este Projeto de Resolução volta novamente, o Projeto 279, à Comissão de Orçamento. Sim, tem a palavra a Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidenta, com todo o respeito que me merece, devo dizer que este Projeto faz parte do tema que convocou às reuniões de Chefes e por isso é um elemento importante sobre o qual estamos trabalhando neste âmbito e na Comissão de Orçamento. Se a decisão unânime é que volte à Comissão de Orçamento, assim será, mas não é que isto seja um tema isolado, totalmente alheio ao que se esteve falando. Pelo contrário, é uma peça central do que se esteve falando. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Argentina. O Projeto de Resolução – Decisões emanadas da Secretaria-Geral, que é o 280. Caso não houver nenhum tipo de observações poderíamos considerá-lo aprovado e teria o número de Resolução 379. Estamos de Acordo.

“RESOLUÇÃO 379

DECISÕES DA SECRETARIA-GERAL

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 35 e 38 do Tratado de Montevidéu 1980 e a Resolução 311, do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO a conveniência de dotar de maior transparência o manejo administrativo e financeiro dos recursos da Associação,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- As decisões de caráter interno tomadas pelo Secretário-Geral ou por quem o sub-rogar serão adotadas mediante Diretrizes de Administração, que, em ordem correlativa, serão publicadas na Intranet para conhecimento das Representações Permanentes, uma vez emitidas.

SEGUNDO.- Todas as decisões tomadas pelo Secretário-Geral ou por quem o sub-rogar, que representem um impacto financeiro imediato ou futuro, deverão ser adotadas mediante as Diretrizes de Administração mencionadas no Artigo anterior.

TERCEIRO.- Excetuam-se do disposto no Artigo anterior todos aqueles gastos relacionados com:

- a) As despesas de funcionamento da Secretaria-Geral previstas nas normas vigentes; e
- b) As despesas correspondentes à parcela para Despesas Protocolares.

QUARTO.- As medidas adotadas pelo Secretário-Geral no âmbito das situações previstas no Artigo 17 da Resolução 311, do Comitê de Representantes, serão de caráter reservado. A numeração das mesmas será registrada na Intranet, não publicando seu conteúdo, mas consignando somente seu caráter reservado.

QUINTO.- As Diretrizes de Administração deverão estar referendadas pela Assessoria Jurídica, pelo Subsecretário e pelo Chefe do setor correspondente.”

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.